

A PARTICIPAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCENTIVO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.

MARIÂNGELA ALICE PIERUCCINI.¹

DALTON ÁUREO MORO.²

RESUMO: O presente artigo procura analisar a importância das políticas de incentivo à agroindustrialização para a constituição do complexo agroindustrial na região Oeste do Paraná. Para isto, pretende-se especificamente, verificar quais foram as principais formas de incentivos fornecidas pelo Estado a contribuir para a constituição do complexo agroindustrial regional. O que, efetivamente suscita o interesse pelo estudo da região Oeste do Paraná, mais especificamente, o estudo da agroindustrialização regional, é a importância que esta atividade possui a nível local. Através da intrínseca relação que a agroindústria estabelece com a agricultura, o espaço rural se desenvolve e criam-se parte das condições necessárias ao desenvolvimento da região como um todo.

PALAVRAS CHAVES: complexo agroindustrial, Oeste do Estado do Paraná, desenvolvimento regional, desenvolvimento agrícola.

THE PARTICIPATION OF THE INCENTIVE POLICYS TO AGRIBUSINESS IN THE WEST REGION OF PARANA STATE

ABSTRACT: Analysis of the incentive government policys role of the agribusiness development in the West region of the Parana State. These policys by the started by the State and municipal districts acted like relevant factors in the process. The interest, that this study brings, is in the importance that this activity has in regional and local level. In the picture of the interrelations that are establishet between the agribusiness an the agriculture, the rural space develop it self and create part of the conditions needed to the region development like a whole.

KEY WORDS: Agribusiness, West of Parana State, Regional development, agricultural development

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a questão do desenvolvimento regional³ relacionado, especificamente, à participação das políticas de incentivo à agroindustrialização na Mesorregião Geográfica do Oeste do Paraná (Figura 1)⁴, entendendo o conjunto destas políticas como importante atributo para o desenvolvimento regional.

¹ Professora Msc. Curso de Economia UNIOESTE [Universidade Estadual do Oeste do Paraná] *cp.* Cascavel

² Professor Dr. Departamento de Geografia UEM [Universidade Estadual de Maringá]

³ O Processo de Constituição do Complexo Agroindustrial na Região Oeste do Paraná. Dissertação de Mestrado em Economia – UEM, 1998.

⁴ A Mesorregião Geográfica do Oeste do Paraná compreende atualmente as três microrregiões geográficas, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. A mesma será tratada neste estudo como região Oeste do Paraná.



O dinamismo de determinadas atividades econômicas, verificadas em uma região, pode contribuir, de forma significativa, para que o desenvolvimento de forma geral também ocorra. Na região Oeste do Paraná, a atividade agroindustrial vem contribuindo para que a produção agrícola seja, também, transformada, no sentido de maior agregação de valor ao processo produtivo. Isto permite uma melhor inserção da própria região, no atual contexto de industrialização do Estado do Paraná bem como das novas exigências atreladas ao processo produtivo globalizado.

O processo de constituição do complexo agroindustrial⁵ na região Oeste é fenômeno recente. Entretanto, pode-se destacar que diferentes fatores contribuíram para que, em sua formação, a atividade agroindustrial tivesse crescimento diferenciado de outras regiões do Estado do Paraná, com dinamismo próprio.

Como objetivo geral do trabalho, procura-se apresentar as diferentes políticas implementadas pelo Estado, como estímulo à formação do complexo agroindustrial na região; pretende-se, desta forma, analisar o papel do Estado enquanto agente fomentador da atividade agroindustrial na região Oeste do Paraná, notadamente, em relação ao crédito e subsídios fornecidos, também, para a agricultura. Propõe-se, neste sentido, abordar a participação das políticas públicas como fonte de estímulo à agroindustrialização regional, enfatizando o papel dos Governos Estaduais a partir da década de sessenta. Apresentam-se, ainda, os incentivos fornecidos pelas prefeituras municipais na região no período anterior a 1997.⁶

O método utilizado foi através da abordagem histórica do desenvolvimento geoeconômico regional. Como parte da metodologia, propôs-se a realização de pesquisa bibliográfica, combinada com levantamento de informações primárias junto às empresas

⁵ Por Complexo Agroindustrial entende-se de forma genérica, o conjunto de atividades que se interrelacionam com a agricultura, tanto no fornecimento de insumos, considerando-se assim um setor a montante da atividade agrícola, como na aquisição da produção agrícola, considerando-se um setor a jusante desta atividade.

⁶ Os incentivos são mencionados sob a ótica das agroindústrias entrevistadas na região.

agroindustriais, inseridas na área de estudo bem como de agentes representativos das principais atividades econômicas locais.

As informações de fonte primária, principal base deste estudo, foram obtidas junto a empresários, profissionais e lideranças ligadas à agroindústria (presidentes e secretários de cooperativas, técnicos de empresas públicas ligadas à agricultura, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, secretários municipais de agricultura e indústria). A parcela mais importante das informações coletadas relacionou-se aos dirigentes de empresas agroindustriais da região (relacionadas aos segmentos agroindustriais identificados), sendo elaborados roteiros de entrevistas diferenciados para as cooperativas regionais e para as agroindústrias do setor privado. Foram consideradas cento e dez entrevistas com agroindústrias a jusante da produção rural, nos cinquenta municípios, inseridos na região Oeste do Paraná.

Realizou-se, também, o levantamento das principais políticas de incentivo à agroindustrialização realizadas no Estado do Paraná, pautando-se nos documentos publicados pelos Governos do Estado do Paraná [1960-1997].

Afora esta introdução, a exposição está organizada em 5 seções: na primeira, apresenta-se uma breve descrição da área de estudo – região Oeste do Paraná – considerando seus aspectos históricos e econômicos, em termos gerais e característicos; na segunda, realiza-se uma descrição sintética do complexo agroindustrial, presente na região Oeste, destacando-se os segmentos agroindustriais estudados; na terceira seção são apresentadas de forma breve, as principais contribuições do Estado brasileiro para a questão agroindustrial; a quarta seção descreve as políticas de incentivo à agroindustrialização, formuladas pelo Estado do Paraná; a quinta seção apresenta as políticas de incentivo municipais, verificadas nos municípios da região. Apresentam-se ainda as conclusões e recomendações inseridas nesta análise, para possíveis orientações pertinentes à questão agroindustrial.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – A REGIÃO OESTE DO PARANÁ.

A área delimitada como objeto deste estudo é a porção do território paranaense que corresponde à Mesorregião Geográfica do Oeste do Paraná, definida pelo IBGE na regionalização de 1989, conforme já se observou na Figura 1. O advento da modernização agrícola que, na região, teve resposta bastante significativa na década de setenta, proporcionou uma realidade complexa, heterogênea e que se constitui em um espaço interessante para a análise econômica.

A região Oeste compreende um conjunto de 50 municípios que abrangem uma área territorial de aproximadamente 22.811.242 km², (11,5 % da área estadual). De acordo com o IBGE (1996) [contagem da população], as três microrregiões detêm uma população estimada em 1.083.121 de habitantes, sendo que estes se subdividem em:

- Microrregião Geográfica de Foz do Iguaçu: 368.454 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Cascavel: 378.471 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Toledo: 336.196 habitantes;

A grosso modo, a região é confinada pelos rios Piquiri, Iguaçu e Paraná. O relevo regional é pouco acidentado, num plano inclinado, com altitudes variando entre 900 metros no município de Guaraniaçu e 180 metros no município de Foz do Iguaçu. (FUNDETEC – PLANO DIRETOR, 1995, p.18).

Quanto ao clima, NIMER (1977, p.72-3), descreve:

Genericamente na microrregião de Toledo e nas áreas baixas lindeiras ao rio Paraná, próximas a Foz do Iguaçu, predomina o clima tropical, sub-quente, superúmido com sub-seca, enquanto que na microrregião de Cascavel e demais áreas da micro de Foz do Iguaçu, predomina o clima temperado brando, superúmido, sem estação seca.

Estas características, somadas ao afloramento do latossolo roxo com camadas profundas de boa fertilidade e bem drenado, conferem à região condições favoráveis à agricultura. (FUNDETEC – PLANO DIRETOR, 1995, p.18).

Cabe acrescentar que, a inserção da região Oeste no Estado do Paraná, se verifica através de uma intensa atividade comercial, localizada sobretudo nos pólos econômicos regionais, de uma produção agrícola que resulta de condições favoráveis à esta atividade e através da participação industrial, sobretudo calcada na agroindustrialização regional.

A descrição da paisagem regional surpreende à medida que são verificadas inúmeras contradições dentro do mesmo espaço denominado Oeste do Paraná⁷. Pode-se verificar que a região possui espaços polarizados. Estes espaços estão relacionados a núcleos urbanos com infra-estruturas avançadas como é o caso do município de Cascavel, considerado “cabeça de zona” da região, dada a sua condição em relação ao comércio e serviços e, também, indústrias instaladas no município, ressaltando-se a atividade agroindustrial. Outros municípios que exercem influência polarizadora em relação às áreas próximas são Marechal Cândido Rondon, Toledo e Foz do Iguaçu. Nestes municípios, o dinamismo econômico é significativo.

3 CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.

As principais posturas analíticas relativas ao complexo agroindustrial tratam o complexo agroindustrial como evolução do complexo rural; destaca-se a modernização da agricultura neste contexto.. Nesta ótica, a constituição do complexo agroindustrial brasileiro como referência para a análise da formação do complexo agroindustrial a nível regional é importante porque observa a constituição deste como parte integrante de um processo maior. Uma definição acerca do CAI que merece ser destacada é elaborada por MÜLLER(1990, p.16). Interpreta-se o complexo agroindustrial através,

[...] da simples inserção do conjunto de processos produtivos na noção de Complexo Industrial. Este complexo seria distinto de outros conjuntos produtivos, tanto pelas cadeias de insumos e produtos específicos, quanto pelo poder de mercado e seu núcleo de poder⁸, quanto finalmente, pela extensão da rede de transmissão desse poder. O que por certo configuraria uma estrutura própria e uma dinâmica particular dos setores industriais que operam como os insumos e produtos agrários.

Parte-se neste caso, para uma definição de CAI, inserida em um contexto mais amplo, a saber o complexo industrial. Implica desta forma, na consideração do mercado, da dependência técnica e também produtiva, mas com as especificidades de uma dinâmica

⁷ Embora o objetivo deste estudo seja a análise da dinâmica agroindustrial existente na região Oeste, julga-se interessante descrever a região de acordo com as observações feitas quando da realização da pesquisa de campo. O deslocamento para cada um dos municípios proporcionou um entendimento mais amplo das diferenças e similitudes próprias da região, o que certamente influencia o padrão de atividades econômicas presentes na região, entre estas, as agroindustriais.

⁸ Este poder de mercado e a existência de um núcleo relativo ao complexo é, na visão de GRAZIANO DA SILVA (1991, p.14), o ponto forte da análise de MÜLLER. Porém, não se avança mais nesta discussão, apenas limitando-se a incorporar as ações de “lobbies” e associações empresariais.

particular, relativa à produção agrária⁹. Consideram-se as ligações que a agricultura mantém com outros setores da indústria, apresentando, deste modo, uma relação de cadeia insumo-produto. Não se propõe nesta visão, a noção de complexos setoriais. Em outro trabalho, MÜLLER (1981, p.8) propõe:

Em termos formais, o complexo ou sistema agroindustrial pode ser definido como um conjunto composto pela sucessão de atividades principais e acessórias vinculados à produção e transformação de um ou mais produtos agrícolas. Dentre as atividades principais incluem-se a geração deste produto, seu beneficiamento e transformação, a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas. Dentre as etapas acessórias, incluem-se a coleta, armazenagem, transporte, distribuição dos produtos industriais e agrícolas e financiamento.

MÜLLER (1989, p.31) agrega ainda o aspecto do encadeamento voltado à transformação, proposta anteriormente, e acrescenta que o complexo agroindustrial seria uma unidade de análise em que atividades como agricultura, pecuária e reflorestamento relacionam-se com outras atividades por uma dupla maneira: máquinas e insumos e beneficiamento e processamento, relacionando também os aspectos do comércio interno e externo de diferentes produtos, sejam agrícolas ou agroindustriais. Entendendo-se o complexo agroindustrial como unidade de análise, inclui-se, “[...] a agricultura na dinâmica do capital industrial tanto em sentido amplo quanto em sentido estrito. Assim, com a pretensão de precisar as funções da atual agricultura enfatizando as funções de compradora de bens industriais e fornecedora de matérias-primas, aquela unidade visa a colocar a agricultura no seu devido lugar, lugar técnico, econômico e social.” (MÜLLER, 1981, p.18-9).

Definir o complexo agroindustrial no sentido lato, “[...] é levar em conta a todos os setores industriais a montante e a jusante da agricultura, incluindo aí a todos os setores destas atividades que produzem insumos para a indústria processadora¹⁰.” (MÜLLER, 1981, p.13). A sistematização destes setores é apresentada em outro trabalho de MÜLLER apud LEITE (1990, p.19). Os subsetores industriais a montante compreendem “[...] os estabelecimentos produtores de tratores; máquinas agrícolas; inseticidas, fungicidas e pesticidas; adubos, fertilizantes e corretivos; produtos farmacêuticos e veterinários; rações e alimentos para animais.” As agroindústrias a jusante são constituídas por 22 setores distintos, abrangendo deste modo um número expressivamente maior de subsetores. Deste modo configuram-se,

[...] leite e laticínios; açúcar; álcool; cerveja; preparação de fumo; papel e papelão; conservas, especiarias e condimentos; abate de animais e conservação de carnes; conservas de pescado; massas alimentícias e biscoitos; outros produtos alimentares; outras bebidas alcóolicas; bebidas não alcóolicas; fabricação de celulose e pasta mecânica; beneficiamento de borracha natural; óleos, cera e gorduras; beneficiamento de materiais têxteis; beneficiamento, torrefação e secagem de alimentos; vinhos, aguardente; madeira desdobrada, compensada, etc.; secagem, salga, curtimento do couro e peles. (MÜLLER apud LEITE, 1990, p.19).

⁹ Existe uma crítica em relação à esta visão de MÜLLER (1990). Esboçada por GRAZIANO DA SILVA (1991, p.14), o mesmo afirma que “[...] manter especificidades não é privilégio das atividades agropecuárias. A questão é saber se essas especificidades alteram a dinâmica das atividades econômicas aí desenvolvidas a ponto de terem uma forma de concorrência particular, um processo de formação de preços distinto, enfim, uma lógica da acumulação específica decorrente da base agrária dessas atividades.”

¹⁰ Quando se fala em considerar todos os setores, existe a controvérsia em considerar também a atividade beneficiadora. Neste sentido, LAUSCHNER, citado por MÜLLER (1981, p.13) afirma que “[...] complexo, em sentido amplo é dado pela ‘unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para sua utilização final ou intermediária. As operações de beneficiamento são explicitamente postas de lado.’”

Esta é, portanto, a sistematização proposta, quando se observa o complexo agroindustrial em seu sentido mais amplo. Já, em sentido estrito, interessa a interdependência entre agricultura e indústria. Considerando ainda uma “[...] unidade produtiva que, por um lado, transforma, para a utilização intermediária ou final, o produto agropecuário ou seus sub-produtos não manufaturados; e que por outro lado, adquire diretamente do produtor rural um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados.” (MÜLLER, apud LEITE, p.14).

A identificação da estrutura dos diferentes segmentos, que compõem o complexo agroindustrial no âmbito da região Oeste do Paraná, é fundamental para a análise deste complexo¹¹. Através da verificação das agroindústrias a jusante na região Oeste do Paraná, identificam-se os seguintes segmentos agroindustriais:

- agroindústrias processadoras de mandioca – (fecularias e farinhas)
- agroindústrias processadoras de milho – (moinhos e empacotadoras)
- agroindústrias processadoras de cereais diversos – (beneficiadoras de arroz e empacotadoras de feijão e cereais diversos)
- agroindústrias processadoras de trigo – (moinhos de trigo, fábricas de biscoitos)
- agroindústrias processadoras de soja – (armazenagem, esmagamento de soja para produção de óleo)
- processamento de couros e peles exóticas – (curtimento e preparação de couro e peles)
- agroindústrias processadoras de doces, conservas, polpa de frutas e fabricação de açúcar
- agroindústrias processadoras de algodão – (beneficiadoras/descaroçadoras e fiação)
- agroindústrias processadoras de erva-mate – (beneficiadoras de erva-mate)
- agroindústrias processadoras de café – (beneficiamento e torrefação de café)
- agroindústrias processadoras de leite – (produção de queijos, iogurtes, leite envasado, resfriamento)
- agroindústrias processadoras de carnes diversas – (abatedouros de suínos e bovinos, abatedouros de aves e frigorífico de peixes).

Através do levantamento, realizado junto aos 50 municípios que compõem a região, pode-se observar que a atividade agroindustrial não é homogênea neste espaço. Confirma-se a existência de padrões de agroindustrialização distintos, próximos geograficamente. Ou seja, coexistem estruturas agroindustriais com características artesanais, baixo nível de agregação de valor ao produto, mercados fornecedores e consumidores restritos e estruturas agroindustriais dinâmicas, dotadas de tecnologia em relação ao processamento agroindustrial, com capacidade de contínua agregação de valor à produção e relações com o mercado consumidor mais ampliadas.

Nos diferentes segmentos que compõem o complexo agroindustrial regional, observa-se a existência de dois padrões distintos de agroindustrialização. O primeiro, relacionado à matéria-prima regional e o segundo evidenciando a busca pelo processo de integração agricultura-agroindústria. É relevante neste contexto, a participação das cooperativas, enquanto agentes de dinamização da agroindustrialização regional.

¹¹ O estudo realizado contemplou, a gênese, evolução e consolidação do complexo agroindustrial existente na região. Antes, era o produto agrícola em si que caracterizava a produção regional, posteriormente, a agregação de valor a este produto torna-se o aspecto mais relevante para a região.

A atividade agroindustrial, desenvolvida na região, vem, [atrelada a certos padrões de produção], ampliando as condições de rentabilidade na agricultura. Esta agricultura, com elevado nível de capitalização, é decorrência do processo de modernização da agricultura, desencadeado na década de cinquenta, e que viabilizou, em grande parte, a formação do complexo agroindustrial brasileiro. O estímulo do Estado foi crucial para que alguns segmentos produtivos se desenvolvessem mais rapidamente, principalmente, àqueles atrelados a culturas de exportação, como a soja.

Na região Oeste do Paraná, este processo foi expressivo, alterando a forma de produção e fornecendo as condições necessárias para a agroindustrialização regional, notadamente, em meados da década de setenta e início da década de oitenta.

O conjunto de atividades que compõem o complexo agroindustrial, que inclui o fornecimento de insumos necessários à produção agrícola, a agricultura em si, e a transformação da matéria-prima agrícola amplia, significativamente, os ganhos na produção. Dentre as vantagens da dinamização do complexo agroindustrial, ressalta-se o melhor aproveitamento da colheita, redução da oscilação dos preços dos produtos agrícolas e garantia de mercado consumidor. Contudo as vantagens não podem ser generalizadas para todos os segmentos agroindustriais, em função da dimensão do complexo agroindustrial e da participação de diferentes agentes neste processo. Caracteriza-se assim, a multiplicidade de fatores, envolvidos na dinâmica agroindustrial, sendo necessário exame particularizado de cada segmento, para que se possa compreender o complexo agroindustrial que vem se consolidando na região, como um todo.

Portanto, não se verifica, a nível regional, um macro-complexo agroindustrial, principalmente, no tocante às relações agricultura e agroindústria a jusante. O que se verifica são diferentes segmentos agroindustriais, com relações específicas intra-complexo, que, tomados em conjunto, podem justificar a dinâmica agroindustrial como um todo;

4 O PAPEL DAS POLÍTICAS DE INCENTIVO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.

O Estado esteve presente em todas as fases das grandes transformações técnico-econômicas e sociais da agricultura. (KAGEYAMA et al., 1987, p.52). A participação do Estado se faz necessária, tanto no que tange ao planejamento das atividades rurais, inclusive o segmento a montante, como no próprio financiamento das atividades agroindustriais.

LAUSCHNER (1981, p.92) descreve o papel do governo no planejamento rural como necessário à "organização em torno ao produto rural". Chama a atenção portanto, para a atuação no setor de produção de bens e serviços para a agricultura; armazenagem beneficênica, industrialização, transporte rural e distribuição do produto. A preocupação do governo deveria pautar-se assim no desenvolvimento do complexo rural.

O outro aspecto abordado pelo autor, refere-se ao financiamento [especificamente o financiamento cooperativo]. "A participação do governo no financiamento da agroindústria cooperativa poderia pressionar a formação de indústrias com tamanho suficiente para concorrer no mercado externo e desestimular a proliferação de agroindústria cooperativa pequena, sem condições de enfrentar devidamente o mercado." (LAUSCHNER, 1981, p.93). A capitalização da agroindústria, principalmente da agroindústria cooperativa, ocorreu na região Oeste, nestes moldes, ou seja, mediante o intenso estímulo do Estado.

Vale acrescentar que, na atuação do Estado, a abertura do crédito contribuiu, também, de modo significativo para a modernização da agricultura.

Em 1965, através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), juntamente com a Reforma do Sistema Financeiro, foram viabilizadas as condições que

asseguravam que parte dos recursos dos bancos fosse canalizada para a agricultura. (KAGEYAMA et al. 1987, p.53-4). Esta autora ainda afirma que um dos elementos centrais para o sucesso da integração entre os setores agrícolas e agroindustriais era a possibilidade de determinar as taxas de juros e condições de pagamento favorecidas, não comprometendo a disponibilidade de recursos e rentabilidade do financiamento.

A característica de um “crédito específico”¹² permitia a interferência na alocação dos fatores, induzindo a utilização de insumos modernos, proporcionando mercado para a indústria a montante da agricultura. Esta interferência, realizada pelo Estado, entra em crise, segundo KAGEYAMA et al. (1987, p.61), a partir de 1979, em função da conjuntura econômica que se verificava naquele momento. Houve, então, perda do tratamento diferenciado que a agricultura tinha junto ao setor financeiro.

A presença do Estado como fomento à agroindustrialização da região pode ser melhor compreendida, quando se analisa o processo de modernização da agricultura na região Oeste do Paraná. Os incentivos e subsídios proporcionaram a esta agricultura as condições necessárias para a expansão da agroindústria, a partir da década de setenta. Ou seja, a existência de crédito rural, subsidiado, pode ser considerado aspecto prioritário para a formação das bases do complexo agroindustrial nessa região. Isto ocorreu, principalmente, no início da década de setenta, mais especificamente até 1976, quando o Estado, mediante incentivos fiscais e creditícios viabilizou a demanda, por parte da agricultura, de máquinas, equipamentos e demais insumos necessários à produção.

A mudança proporcionada pela crise no padrão de financiamento da agricultura não fez com que se extinguisse a participação do Estado neste contexto, apenas alterou a forma de atuação no processo de modernização da agricultura¹³.

Historicamente, o Estado agiu de forma associada à expansão da própria agricultura, estimulando as cooperativas agropecuárias e agroindústrias de capital privado. MORO (1991, p. 154), observa que “ao organizar territorialmente sua produção econômica, [o Estado] procurou fazê-lo observando a lógica do sistema capitalista de produção [...] intensificando a penetração das relações capitalistas de produção no espaço rural.”

4.1 – OS INCENTIVOS FORNECIDOS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS.

Ainda na década de cinquenta, o Estado do Paraná formulou um projeto de desenvolvimento baseado na industrialização. A hipótese norteadora desta proposta pautava-se na “instabilidade da economia paranaense, fundamentada sobre o setor primário, e este dependendo da cultura cafeeira. Chegou-se à conclusão de que é imprescindível uma maior expansão industrial no Paraná, aproveitando-se suas ótimas condições para a agricultura e pecuária.” (AUGUSTO, 1978, p.26).

As políticas de estímulo à agroindustrialização que, de um modo geral, foram consoantes aos interesses do Estado brasileiro, buscavam a ampliação do mercado para a indústria produtora de bens de capital. Os incentivos pautaram-se na formação de linhas de crédito específicas, através da atuação de instituições de fomento à produção agrícola e industrial. Destaca-se, também, neste momento, o investimento realizado em infra-estrutura como condicionante à industrialização de um modo geral.

AUGUSTO(1978, p.53) afirma que, na década de sessenta, o governo estadual tinha como prioridade o desenvolvimento de indústrias correlacionadas com a agricultura, ou seja, indústrias que aproveitassem os recursos de matéria-prima existentes, considerando, também vantagens comparativas para a concorrência interna e externa. A estratégia de

¹² Grifo da autora.

¹³ Sobre o Estado e seus mecanismos de atuação no contexto de modernização da agricultura, recomenda-se ler KAGEYAMA et al. (1987).

desenvolvimento industrial do Estado atrelava-se à proposta nacional esboçada no I PND¹⁴ (1972/74) que propunha, segundo AUGUSTO (1978, p.194), “a implantação de novos pólos regionais, ‘notadamente o agroindustrial do Sul.’” A idéia foi incorporada pelo governo estadual daquele período, tanto que, RISCHBIETER citado por AUGUSTO (1978, p.194), afirmava que: “O próprio PND prevê a localização no Paraná de um Pólo agroindustrial; esta é uma decorrência imediata de sua excelente posição como produtor agrícola.” Optava-se assim por um processo de complementaridade industrial.

Durante a década de setenta, MORO (1991, p. 153) destaca que, “no contexto da política econômica acionada pelo governo brasileiro para o setor agrícola, o Estado paranaense dirigiu sua ação no sentido de equipar o território com a infra-estrutura fundamental à organização da produção, de modo a viabilizar a modernização de sua agricultura.”

A participação do Estado vinculava-se de modo bastante específico à dinâmica mercantil que necessitava, principalmente nas décadas de sessenta e setenta, de melhorias nos aspectos infra-estruturais, relativos ao transporte, formação da malha viária, energia, telecomunicações, além da assistência específica à agricultura e implantação de indústrias.

A participação das instituições de fomento a essas iniciativas foi de fundamental importância. MORO (1991, p.156) observa que, especificamente o BADEP, “desempenhou a atribuição básica de captar recursos e repassar capital para o financiamento dos empreendimentos econômicos, dentre os quais, os ligados às atividades agroindustriais, sobretudo as indústrias processadoras de produtos agrícolas.”¹⁵

Já na metade da década de setenta, admite-se a interdependência entre agricultura e indústria, o que “reflete a íntima relação entre uma determinada fonte de matérias-primas de natureza agropecuária e a estrutura industrial que beneficia essas matérias-primas.” (BADEP, 1975, s/p.)

Em se tratando da evolução das atividades agroindustriais, o BADEP (1975, s/p), apontava que essa evolução era resultado de ação conjunta entre vários fatores como:

- Diversificação da base agrícola;
- Novas oportunidades agroindustriais;
- Crescimento de um setor industrial baseado no beneficiamento de suas matérias-primas, tendendo a evoluir em determinados ramos para estágios mais complexos de industrialização;
- Maior canalização de recursos aos ramos agroindustriais, com o objetivo de fomento.

O estudo realizado concluía ainda que, “o apoio à consolidação desse desenvolvimento se faz de forma global, tanto em relação aos ‘outputs’ quanto aos ‘inputs’ do setor agrícola.

Procura-se, então, observar como evoluiu a política de incentivos à agroindústria, gerada pelo Estado do Paraná, objetivando compreender a importância dessa atividade para os diferentes governos estaduais, principalmente, através do fomento e financiamentos viabilizados pelo BADEP e pelo BRDE.

No período 1973/75, os investimentos repassados ao setor agroindustrial paranaense convergiam mais ao ramos de produtos alimentares¹⁶, madeira e química.

¹⁴ Plano Nacional de Desenvolvimento.

¹⁵ O autor relaciona o caso específico dos financiamentos realizados pelo BADEP, no Norte do Paraná.

¹⁶ No entendimento do BADEP (1975), o conjunto de atividades que compunham o segmento produtos alimentares, entre outras eram: beneficiamento de cereais, abate de animais e preparação de carnes, fabricação e refinação de açúcar e pasteurização de leite e fabricação de laticínios.

Neste período, 44,7% dos investimentos, realizados pelo Estado, voltavam-se aos produtos alimentares.

A participação relativa entre esses segmentos privilegiava fabricação e refinação de açúcar e álcool e frigoríficos no Estado do Paraná. Para a região Oeste, ainda neste período, privilegiavam-se investimentos nos municípios de Cascavel, através do beneficiamento de cereais e Toledo, no segmento de frigoríficos. Ainda em meados da década de setenta, a agropecuária tinha programas específicos do BADEP, que justificavam-se pela necessidade de diversificação da base agrícola, a qual utilizava cada vez mais insumos como "sementes selecionadas, fertilizantes, máquinas e equipamentos agrícolas, corretivos, silos e outros." (BADEP, 1975, s/p.).

Criavam-se naquele período, programas estaduais como o PROSEM – Programa de Apoio e Fomento à Produção de Sementes do Estado do Paraná e o PROPAZEM – Programa Paranaense de Armazenagem Agrícola. Na agropecuária surgiam duas linhas específicas: PROARFAZ – Programa de Armazenagem a nível de Fazenda e COREX-PAGRI – Corredor de Exportação – Programa Agroindustrial do Banco Central/Banco Mundial. A região Oeste do Paraná, também, privilegiou-se com tais programas. De acordo com o BADEP (1975, s/p.), os municípios de Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel receberam incentivos através dos seguintes programas: PROPAZEM, PROARFAZ e PROSEM, beneficiando, respectivamente, as atividades de armazenagem, armazenagem a nível de fazenda e produção de sementes.

Também a montante, forneceram-se estímulos e financiamentos para o segmento mecânico estadual. Em 6 empresas, houve financiamentos, sendo que, segundo o mapeamento realizado pelo BADEP (1975, s/p.), uma das empresas localizava-se na região Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel. Observa-se que a montante, em relação ao desenvolvimento das atividades mecânicas, o mesmo iniciou-se a partir de 1971, "quando do surgimento das primeiras unidades produtoras de máquinas e equipamentos, notadamente daquelas voltadas à agroindústria." BADEP, 1975, s/p.).

Ressalta-se que, já no início da década de setenta e, principalmente com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba, foi nessa região que houve o maior fluxo de financiamentos. A consolidação do segmento mecânico no Estado do Paraná começava então a acontecer.

Observa-se, ainda, que, principalmente na década de setenta, o papel do BADEP, enquanto agente financiador e de fomento, foi importante no sentido da viabilização de empreendimentos, ligados ao complexo agroindustrial, também, na região Oeste. O BADEP pode ser considerado como instrumento de viabilização das propostas dos governos estaduais em relação aos setores da economia paranaense. A partir de 1979, a atividade agroindustrial insere-se como item pertinente à dinamização dos empreendimentos junto às fontes produtoras. O atendimento viabilizou 230 empreendimentos agroindustriais no Estado do Paraná. (PARANÁ. Governo do Estado, 1980, p. 10). Ainda no ano de 1979, mencionou-se a expansão de diversas cooperativas agropecuárias, dentre estas, Marechal Cândido Rondon e Cascavel.

Ainda durante o governo de Ney Braga, em 1980, a atividade agroindustrial na região Oeste do Paraná, foi estimulada, novamente, através do BADEP, com o "Programa Agroindústria – PAGRI" aprovando-se projetos "localizados próximos às fontes produtoras de matérias-primas.[...] Na região Oeste e Sudoeste, cinco são do ramo de frigoríficos de aves e suínos pertencentes a grupos nacionais".(PARANÁ. Governo do Estado, 1981, p. 14). O apoio ao segmento cooperativista, também ocorreu durante o ano de 1980, através do BRDE mediante "recursos a seis cooperativas em projetos integrados de abate de aves, suínos e bovinos e industrialização de seus derivados e sub-

produtos, além de um projeto integrado de beneficiamento de leite e derivados¹⁷.” (PARANÁ. Governo do Estado, 1981, p.15).

Em 1981, no aspecto voltado ao fomento à produção e apoio creditício, novamente, verifica-se que a atividade agroindustrial é privilegiada em termos de financiamento, tanto nos empreendimentos agroindustriais integrados, como naqueles localizados junto às fontes produtoras das matérias-primas. O BADEP financiou, neste período, o segmento cooperativista que, principalmente a partir da década de oitenta, começa a dinamizar os segmentos implantados anteriormente, ou seja, “os empreendimentos industriais para o processamento de suas matérias-primas agrícolas.” (PARANÁ. Governo do Estado, 1982, p.354).

Também o BRDE atuou no sentido de apoiar o segmento agropecuário cooperativo. “Os empreendimentos de caráter integrativo e orientados para o desenvolvimento integrado do complexo agropecuário cooperativo foram igualmente apoiados pelo BRDE, contando-se 45 cooperativas singulares de produção (dentre as setenta existentes) e cinco cooperativas centrais como beneficiárias do apoio creditício do BRDE no exercício de 1981¹⁸.” (PARANÁ. Governo do Estado, 1982, p.355). As iniciativas do BRDE pautavam-se, naquele momento, tanto no setor primário, atuando com programas específicos que incluíam o segmento cooperativista na atividade armazenadora, desenvolvimento da bacia leiteira, junto às áreas de atuação das cooperativas de laticínios, aquisição de insumos como calcário e implantação de incubatórios, aviários-matrizes para cooperativas atuantes no segmento de carnes¹⁹. (PARANÁ. Governo do Estado, 1982, p. 356).

Houve ainda, por parte do BRDE, junto ao setor secundário, apoio à reativação da indústria de processamento de soja em Céu Azul. A indústria, atualmente, é parte do complexo agroindustrial da cooperativa singular COTREFAL.

No ano de 1982, durante o governo de José Hosken de Novaes, as políticas de atuação na esfera estadual, em relação à agroindustrialização, procuraram intervir “para incrementar-se o parque agroindustrial e as exportações: a busca de medidas de estímulo e incentivos para a implantação regionalizada de agroindústrias, principalmente através das cooperativas”. (PARANÁ. Governo do Estado, 1983, p.238).

Durante o governo de José Richa, a partir de 1983, nos aspectos relativos à política financeira, observa-se o direcionamento dos Bancos de Fomento no sentido de inseri-los no plano de ação desse governo. Na área de médias e grandes empresas, o documento menciona que:

¹⁷ Não são mencionados os municípios onde localizavam-se essas cooperativas, não sendo possível identificar a região Oeste como beneficiada pelo financiamento concedido pelo BRDE)

¹⁸ Ressalta-se que os recursos repassados tanto pelo BADEP, quanto pelo BRDE, foram inúmeras vezes, provenientes de linhas de crédito externas ao estado do Paraná, particularmente de fundos específicos de organismos federais, como o BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e suas subsidiárias e do BACEN – Banco Central mencionado como principal fonte de recursos aplicados na agroindústria e também na Caixa Econômica Federal.

¹⁹ Não foram mencionadas as localizações destes empreendimentos no território estadual.

foi possível privilegiar alguns ramos industriais que, no Paraná, têm elevado poder multiplicador, inclusive na indução de outras atividades econômicas. [...] Este é o caso das indústrias de transformação que beneficiam matérias-primas abundantes no Estado, com destaque para as que compõem o complexo agroindustrial [consideradas no Plano de Ação] entre as atividades econômicas capazes de sustentar o modelo de desenvolvimento proposto para o Paraná. (PARANÁ. Governo do Estado, 1984, p. 255).

O BADEP, neste sentido, financiou no ano de 1983, do total destinado ao setor privado da economia, 65,8% apenas aos ramos industriais de produtos alimentícios. O documento informa também que: “A força da agricultura, combinada com o incentivo governamental às atividades industriais de transformação dos seus produtos, pode dar ao Paraná, as armas para sobreviver e até mesmo avançar no cenário sombrio que serve como pano de fundo à conjuntura econômica e social que o país enfrenta.” (PARANÁ. Governo do Estado, 1984, p.257).

O apoio ao complexo agroindustrial incluía também a produção dos demais componentes necessários à produção agrícola, como insumos, máquinas e equipamentos, componentes e instalações para a agroindústria e atividade pecuária. Neste contexto, o BADEP financiou também a construção ou expansão de unidades industriais de cooperativas agrícolas, ressaltando 7 cooperativas financiadas no ano de 1983²⁰. A orientação dada ao BADEP buscava “direcionar maior volume de financiamentos para o complexo agroindustrial, contemplando, principalmente, as cooperativas agropecuárias, entidades que, pela sua própria natureza, completam e reforçam as ligações inter-setoriais do sistema econômico regional.” (PARANÁ. Governo do Estado, 1984, p.258).

O BRDE, também, auxiliou neste período o segmento agroindustrial. Novamente financiaram-se as cooperativas agropecuárias, representando um total de 41,4% do total destinado a projetos industriais [em sua totalidade para a agroindustrialização cooperativista]. (PARANÁ. Governo do Estado, 1984, p.262).

Em 1984, ainda no governo de José Richa, o BADEP e o BRDE realizaram financiamentos às cooperativas e à indústria de produtos alimentares. Assim, 72% do total dos financiamentos, efetuados pelo BADEP e 61% dos financiamentos realizados pelo BRDE – agência PR., voltavam-se aos setores acima mencionados²¹. (PARANÁ. Governo do Estado, 1985, p. 106-7). No ano seguinte, o fomento às atividades relacionadas a agricultura tiveram maior ênfase por parte do governo do Estado. Novamente o BADEP, fornecendo crédito, auxiliou 6 cooperativas, viabilizando investimentos de infra-estrutura e armazenagem de produtos.

O BRDE atuou junto à agroindustrialização do Estado do Paraná, no ano de 1986, financiando projetos para indústrias alimentares, totalizando 30% do crédito concedido, cooperativas, com 25,3% do crédito total destinado para empreendimentos do gênero alimentar, têxtil e químico (óleos vegetais). (PARANÁ. Governo do Estado, 1987, p.76).

As ações de fomento realizadas no ano de 1987, privilegiaram o Extremo-Oeste Paranaense com 24,1% dos financiamentos efetuados, embora não seja mencionada a destinação destes financiamentos. (PARANÁ. Governo do Estado, 1988, p.28).

No governo de Álvaro Dias, em 1988, 85,6% dos financiamentos ao setor primário, destinaram-se às cooperativas. Também, no setor secundário, o financiamento às cooperativas foi significativo. No gênero produtos alimentares, “a representatividade das cooperativas é acentuada, participando com mais de 50,0% do volume de recursos

²⁰ O documento menciona a localização dessas cooperativas na Microrregião Homogênea de Umuarama.

²¹ O documento aponta especificamente o apoio à industrialização do algodão, apoio nos projetos de 5 cooperativas paranaenses para a indústria de fiação.

canalizados a esse segmento.” (PARANÁ. Governo do Estado, 1989, p.21). Em 1989, as atividades agroindustriais tiveram 19,9% dos créditos concedidos, especificamente, para produtos alimentares. O apoio às cooperativas teve continuidade, destacando-se financiamentos para cooperativas da região Norte e Noroeste do Estado do Paraná. (PARANÁ. Governo do Estado, 1990, p. 44).

Já em 1990, percebe-se certa retração no financiamento das atividades agroindustriais no Estado do Paraná. Embora fosse buscada a expansão da oferta agropecuária e diversificação da agroindústria, ambas as iniciativas ocorreram de forma mais lenta do que em anos anteriores. (PARANÁ. Governo do Estado, 1991).

No governo de Roberto Requião, no ano de 1991, as ações de fomento à agroindústria da região Oeste são restritas, verificando-se apenas a implantação de um viveiro de mudas de plantas aromáticas [no que se definia neste governo como Pólo de Óleos Essenciais], no município de Assis Chateaubriand. (PARANÁ. Governo do Estado, 1992, p. 52). Em 1992, o programa Bom Emprego Agroindustrial, que visava à implantação, expansão e modernização de micro e pequenas empresas agroindustriais no Paraná, operacionalizou 129 pedidos de financiamento²². (PARANÁ. Governo do Estado, 1993, p. 122). O programa Panela Cheia configurou-se nesse governo como repassador de crédito ao setor agroindustrial. As cooperativas, novamente, tornaram-se agentes de captação desses recursos. Na região Oeste, houve a ampliação das atividades voltadas à avicultura de corte.

No ano de 1994, no governo de Jaime Lerner, afirmava-se que: “O Paraná tem a vocação necessária para assumir a posição de maior pólo agroindustrial do Brasil, incorporando valor à produção, gerando empregos nas regiões produtoras e elevando a riqueza de um quarto de toda a produção de grãos do país.” (PARANÁ. Governo do Estado, 1995, p.16)

Neste sentido, o Programa Paraná 12 Meses foi constituído, também, como apoio à agroindustrialização, através do crescimento de novos pólos de excelência. Mencionou-se, também, que “a agroindustrialização do Estado faz parte de estratégia governamental para o desenvolvimento sustentado.” (PARANÁ. Governo do Estado, 1996, p.24). No setor primário da economia, o programa [que ainda se encontra em andamento], definia como prioridade o reforço aos ciclos produtivos, desde a pesquisa e a produção, até a transformação, distribuição e comercialização, com destaque para o apoio e incentivo à agroindustrialização. Já no setor secundário, o programa almeja crescente estímulo às cadeias produtivas locais, visando a implantação de indústrias. (SEPLAN, 1997, p.82).

No ano de 1996, a agroindustrialização foi contemplada no sentido de aperfeiçoamento da integração entre tecnologia de produção e transformação. Justificou-se esta condução política, observando que “o novo perfil econômico do Estado passa pela perfeita integração entre a produção agrícola e a agroindústria.” (PARANÁ, 1997, p.20).

Na evolução dos programas de governo, o que se observa é uma ênfase maior na agroindustrialização como instrumento de desenvolvimento do Estado do Paraná até o início da década de oitenta, mais especificamente, até 1985. Posteriormente, a agroindústria insere-se em um contexto, onde a ênfase é a geração de emprego e renda, não podendo ser considerada como “carro-chefe” das políticas de governo do Estado do Paraná.

Mesmo considerando a existência de estímulos à atividade agroindustrial, estes não proporcionaram significativas vantagens ao setor, a partir da década de oitenta. CASTOR (1985, p.30) observa que, naquele período, eliminavam-se os subsídios ao crédito industrial privilegiado “como era o caso até alguns anos atrás de alguns setores considerados mais

²² Existe controvérsia acerca do número de financiamentos realizados. Na operacionalização deste programa realizada pelo BANESTADO – Banco do Estado do Paraná menciona-se a aprovação de 63 projetos de financiamentos de pequenas empresas agroindustriais. (PARANÁ. Governo do Estado, 1993, p.46)

estratégicos, que pagavam parte da correção monetária, apenas pagavam juros subsidiários ou não pagavam juros.” Nestas considerações, observa-se que o próprio BADEP, tido como órgão de fomento à agroindustrialização, incluindo-se seus programas de incentivo “[...] são programas que obrigam o empresário ao pagamento da correção plena, ao pagamento de juros relativamente de mercado; então não existe efetivamente um ou não existem mais aquelas linhas privilegiadas de implantação industrial que permitiam inclusive, em certos momentos, a ampliação do parque agroindustrial.” (CASTOR, 1985, p.31).

4.2 – OS INCENTIVOS DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS.

A participação mais visível destes organismos volta-se às melhorias em infraestrutura viária, visando ao escoamento da produção agrícola. A atuação do poder público municipal ocorre, também, mediante incentivos industriais específicos, voltados à formação de áreas industriais. ASSUMPTIO, GALINA GALINA, CONSONI, apud , MORO (1991, p. 223), afirmam neste sentido que:

Nos últimos anos vem se verificando uma mudança no padrão de desenvolvimento agroindustrial à medida em que não é mais apenas a existência de matéria-prima em abundância que estimula e determina a instalação das indústrias processadoras. As agroindústrias são projetadas, até mesmo instaladas e paralelamente, são realizados projetos para estimular a produção da matéria-prima pelo setor agrícola de forma integrada.

Nas entrevistas realizadas com parte das agroindústrias instaladas na região, verifica-se que, em apenas 14% das agroindústrias, os estímulos municipais foram preponderantes na decisão locacional da empresa, não dependendo fundamentalmente da existência de incentivos por parte das prefeituras municipais.

Quanto aos incentivos recebidos por parte do poder local, 45% das agroindústrias usufruíram de algum tipo de benefício para a implantação da empresa. Deste modo, percebe-se que, mesmo não sendo o motivo preponderante para a tomada de decisão locacional das agroindústrias, muitas utilizaram-se dos incentivos concedidos pelas prefeituras municipais.

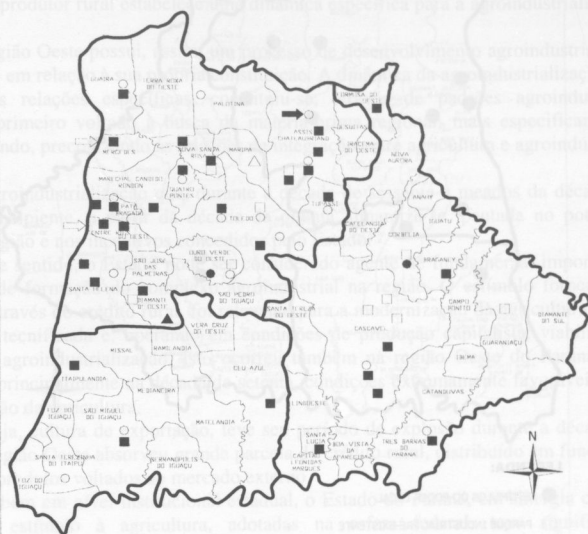
As decisões pautaram-se muito mais em aspectos relativos à proximidade de matéria-prima e mercado consumidor.

De forma geral, os incentivos, proporcionados pelas Prefeituras, são semelhantes em inúmeros municípios da região e pautam-se na doação de terrenos de forma total ou parcial, doação de barracões industriais, bem como fornecimento de infraestrutura básica, isenções fiscais, atuação junto a entidades financeiras, viabilizando o crédito e, até mesmo, estabelecendo parcerias com grupos industriais.

Além desses incentivos, municípios considerados centros de polarização regional, como Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Medianeira e, também, outros municípios menores, possuem áreas específicas para as indústrias, como núcleos, distritos ou áreas industriais.

As prefeituras municipais, além dos incentivos normalmente concedidos, atuando na melhoria de infraestrutura rural, no estímulo à organização e assistência técnica dos produtores rurais [aliando-se a programas estaduais e federais], podem tornar-se fonte de estímulo também para a agroindustrialização regional. (Figuras 2 e 3).

ESQUEMA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS IMPLANTADAS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, SEGUNDO A MODALIDADE DE INCENTIVO E BENEFÍCIO RECEBIDOS.



LEGENDA:

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| ○ DOAÇÃO DE TERRENO | ■ FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA |
| □ ISENÇÕES FISCAIS | △ PARCERIA - FINANCIAMENTOS |
| ● DOAÇÃO PARCIAL DE TERRENO | ▲ PROGRAMAS ESTADUAIS |

Obs. ➡ DOAÇÃO POSTERIOR AO INÍCIO DAS ATIVIDADES

↳ O FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA ÀS AGROINDÚSTRIAS FOI REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MAL. CDO. RONDON ANTES DA EMANCIPAÇÃO DOS NOVOS MUNICÍPIOS.

ORGANIZADOR: PIERUCCINI (1998)

FIGURA 2

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de atividades agroindustriais na região oeste do Paraná, portanto, é resultado de uma série de fatores, dentre os quais se destacam a presença de recursos naturais, a proximidade com o mercado consumidor, a disponibilidade de mão de obra qualificada, a existência de políticas de incentivo e a atuação de agentes econômicos e políticos. O objetivo deste trabalho é analisar a distribuição espacial das atividades agroindustriais implantadas na região oeste do Paraná, segundo a modalidade de incentivo e benefício recebido. Para isso, foi elaborado um mapa que mostra a localização das atividades agroindustriais implantadas na região oeste do Paraná, segundo a modalidade de incentivo e benefício recebido. O mapa foi elaborado com base em dados coletados por Pieruccini (1998).

ESQUEMA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS IMPLANTADOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, SEGUNDO A ORIGEM DOS ESTÍMULOS E BENEFÍCIOS.

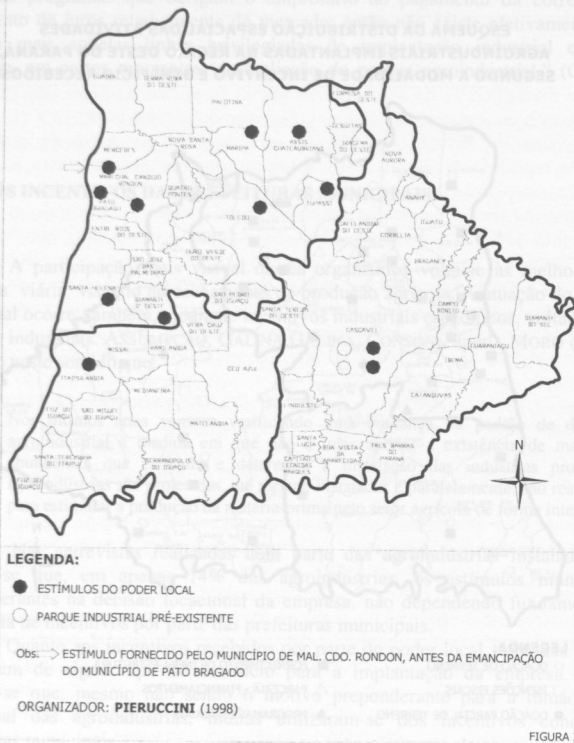


FIGURA 3

De acordo com MORO, (1991, p. 218), observando os incentivos concedidos às agroindústrias, “[...] estas unidades agroindustriais transformam-se em importantes desencadeadores da modificação e dinamização do espaço da região Oeste do Paraná, pela promoção da agroindustrialização, que altera a produção agrícola regional.”⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de atividade agroindustrial na região Oeste do Paraná, atrelada a condições naturais e humanas, próprias à região, definiu uma organização do espaço local de acordo com a presença desta atividade, proporcionando neste espaço uma dinâmica específica.

Observa-se que o dinamismo agroindustrial da região correlaciona-se com um potencial natural e humano pré-existente. Importante, também, é o fato de que a agroindustrialização local está atrelada ao cooperativismo e a empresas que estimulam e

orientam a integração, além da existência de uma estrutura agroindustrial que possui encadeamentos produtivos específicos, relacionada principalmente aos cereais. Verifica-se deste modo, a existência de diferenciações em relação à agroindustrialização local: o beneficiamento e processamento de grãos, voltando-se tanto para a exportação e grande parte do mercado interno, caso das grandes empresas processadoras, e, também, empresas de pequeno porte, que industrializam pequenas quantidades de matéria prima, apenas para o mercado local. Além destas estruturas agroindustriais, um modelo de integração agroindústria/produtor rural estabelece uma dinâmica específica para a agroindustrialização local.

A região Oeste possui, assim, um processo de desenvolvimento agroindustrial que é heterogêneo em relação à sua própria constituição. A dinâmica da agroindustrialização em função destas relações específicas, constituiu-se, através de padrões agroindustriais distintos: O primeiro voltado à busca da matéria-prima regional, mais especificamente, grãos. O segundo, preconizando as relações de integração entre agricultura e agroindústria a jusante;

A agroindustrialização que, durante a década de sessenta e meados da década de setenta, era incipiente, a partir da década de oitenta, dinamiza-se, pautada no potencial agrícola da região e nos incentivos concedidos pelo Estado.

Neste sentido, o Estado pode ser considerado agente de fundamental importância no contexto de formação do complexo agroindustrial na região. O estímulo fornecido à agricultura, através do crédito rural, foi relevante para a modernização da agricultura. Esta, por sua vez, tecnificada e, operando em condições de produção capitalista, viabilizou a expansão da agroindustrialização. Isto ocorreu também na região Oeste do Paraná, que apresentava, principalmente na década de setenta, condições extremamente favoráveis para a modernização da agricultura.

A soja, cultura de exportação, teve seu período de explosão durante a década de setenta, e a região Oeste absorveu grande parcela do crédito rural, distribuído em função da produção de produtos voltados ao mercado externo.

Também em nível institucional estadual, o Estado do Paraná, em sinergia com as políticas de estímulo à agricultura, adotadas na esfera federal, teve significativa participação como agente fomentador à agricultura e agroindústria. Principalmente na década de setenta, onde se pôde perceber a importância estratégica que possuía a agroindustrialização para o Estado do Paraná, em função da necessidade de agregação de valor à produção gerada. O fomento ao segmento cooperativista foi intenso durante as décadas de setenta e, reduzido, na década de oitenta.

As prefeituras municipais, por sua vez, enquanto estimuladoras das atividades agroindustriais da região, só tiveram importância mais significativa, a partir da década de oitenta. Mesmo assim, os estímulos fornecidos não podem ser considerados os principais motivadores da agroindustrialização que, atualmente, manifesta-se na região Oeste, visto que os fatores locacionais, relacionados à proximidade da matéria-prima e mercado consumidor foram considerados como determinantes para a inserção das agroindústrias na região.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AUGUSTO, M.H.O. 1978. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista*. São Paulo Símbolo.
2. BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ, 1975. *Atuação do BADEP nos objetivos do programa agroindústria no Paraná*. Curitiba : BADEP, n.p.

3. CASTOR, B.V.J., 1984. Incentivos, fontes e alternativas para a agroindústria do Paraná. In: *SEMINÁRIO DE AGROINDÚSTRIA DO PARANÁ*, I. (: Curitiba) Anais Curitiba : FIEP/FAEP, 1985. p.26-34.
4. FUNDETEC – PLANO DIRETOR. 1995. *Parque Tecnológico Agroindustrial do Oeste*. Coordenação de Mario José Bracht. Cascavel, Tuicial.
5. GRAZIANO DA SILVA, J., 1991. *Complexos agroindustriais e outros complexos*. Reforma Agrária. Setembro/dezembro, p.5-33.
6. LAUSCHNER, R., 1981. Agroindústria cooperativa. In: PINHO, D. B., *Tipologia Cooperativista*. Volume IV, Manual de Cooperativismo.
7. LEITE, S., 1990. Estratégias Agroindustriais, Padrão Agrário e Dinâmica Intersetorial. *Rascunho* nº7, UNESP, Araraquara.
8. KAGEYAMA, A. et al., 1987. *O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo rural aos Complexos Agroindustriais*. Mimeo. Campinas.
9. MORO, D.A., 1991. *Espaço Rural no Norte do Paraná*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro.
10. MÜLLER, G., 1981. *O Complexo Agroindustrial Brasileiro*. São Paulo., Relatório de Pesquisa nº13. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.
11. _____. 1989. As relações micro-macro e indústria-agricultura, o poder econômico e a pesquisa em Ciências Sociais. *Rascunho* nº1, UNESP, Araraquara.
12. _____. 1990. Competitividade e integração econômica e social: para uma gestão regional das questões agrárias e agroindustriais. *Rascunho* nº32 UNESP, Araraquara.
13. NIMER, E., 1977. Clima. In: *Geografia do Brasil – Região Sul*, volume 5. IBGE, Rio de Janeiro.
14. PARANÁ. Governo do Estado. 1985. *Mensagem a Assembléia Legislativa*. Curitiba : s.n., 297p.
15. _____. _____. 1986. Curitiba : s.n., 328p.
16. _____. _____. 1987. Curitiba : s.n., 275p.
17. _____. _____. 1988. Curitiba : s.n., 263p.
18. _____. _____. 1989. Curitiba : s.n., 213p.
19. _____. _____. 1990. Curitiba : s.n., 152p.
20. _____. _____. 1991. Curitiba : s.n., 180p.
21. _____. _____. 1992. Curitiba : s.n., 156p.
22. _____. _____. 1993. Curitiba : s.n., 136p.
23. _____. _____. 1994. Curitiba : s.n., 174p.
24. _____. _____. 1995. Curitiba : s.n., 144p.
25. _____. _____. 1996. Curitiba : s.n., 150p.
26. _____. 1980. *Mensagem : apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Ney Braga governador do Estado*. Curitiba : s.n., 191p.
27. _____. 1984. *Mensagem : apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor José Richa governador do Estado*. Curitiba : s.n., 336p.
28. _____. 1982. *Mensagem : apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Ney Braga governador do Estado*. Curitiba : s.n., 379p.

29. _____. _____. 1981. Curitiba : s.n., 334p.
30. _____. 1983. *Mensagem : apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor José Hosken de Novaes governador do Estado*. Curitiba : s.n., 374p.
31. _____. 1997. *Mensagem de 1997 a Assembléia Legislativa : relato das principais ações e programas de 1996*. Curitiba : s.n., 177p.
32. PARANÁ. 1997. *Secretaria de Planejamento*, Curitiba.

RESUMO: O trabalho consiste em um estudo da constituição do Complexo Agroindustrial, evidenciando a importância do cooperativismo agrícola e tendo como exemplo a mesorregião Geográfica do Norte Central do Paraná. Diante das intensas transformações ocorridas nas últimas décadas, uma nova realidade ordena as relações agricultura/indústria cada vez mais articuladas. Nesta integração, a atuação das cooperativas agrícolas no setor agroindustrial implica também em transformações no espaço regional.

PALAVRAS CHAVE: Complexo Agroindustrial, cooperativas agrícolas, Agroindústria, setor agroindustrial, integração agricultura/indústria, agroindústrias cooperativas

THE AGRIBUSINESS AND ACTUATION OF THE RURAL COOPERATIVES IN CENTRAL NORTH OF PARANA STATE

ABSTRACT: This paper is a study of the agribusiness constitution of the -which shows the importance of the rural cooperativism, having the geographic mesoregion Central North of Parana State as example. Because of great economic changings occurred in the last decades a new reality orders the relations agriculture and industry, more and more articulated between them. In integration, the performance of the rural cooperatives in the agroindustrial activities results in changings in regional space too.

KEYWORDS: agribusiness, rural cooperatives, agroindustrial activities, integration agriculture/industry.

1. INTRODUÇÃO

A nova configuração agrária brasileira, caracterizada por um intenso processo de modernização, acompanhado por inúmeras transformações relacionadas à articulação cada vez maior entre a agricultura e a indústria, a partir do final da década de 60, através de encadeamentos industriais, estabeleceu um ritmo ao sistema econômico que teve de ser perseguido pelas cooperativas para sua própria sobrevivência. Tal situação levou à *agroindustrialização* de algumas cooperativas do Norte do Paraná.

Para atingir esse estágio no processo de verticalização, através da agroindústria, as cooperativas necessitam de capital necessário na rede bancária (nos bancos de

¹ Artigo elaborado para fins de Qualificação do curso de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

² O Norte Central do Estado do Paraná identifica-se territorialmente com a mesorregião Geográfica Norte Central. Fica dentro do Estado, pois segundo: Bastiense de Geografia e Estatística - IBGE (1994, p. 22).

³ Acadêmico de Pós-Graduação do Curso Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá-PR.

⁴ Docente do Departamento de Geografia - Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-Graduação em Geografia.